Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

CNPJ nº 39.696.805/0001-57

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277 - 7º Andar - CEP 01452-000 - São Paulo - SP - Tel: (11) 2202-8100 - www.br.scotiabank.com

Scotiabank

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Outras informações

A Corretora iniciou suas atividades em 1º de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais e seu plano de negócios está sendo seguido integralmente e com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva.

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do *The Bank of Nova Scotia* ("BNS").

Agradecimentos

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	Passivo	Nota	2025
Disponibilidades	4	**126**	**Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado**		**35.825**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		**12.239**	Negociação e intermediação de valores	8	35.825
Títulos e valores mobiliários	6	12.239	**Outros passivos**	10	**4.522**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**72**	**Obrigações fiscais diferidas**	12b	**15**
Títulos e valores mobiliários	6	72	**Patrimônio líquido**		**64.250**
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		**88.444**	Capital social	11	60.000
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	52.419	Reservas de lucros		4.274
Negociação e intermediação de valores	8	35.861	Ajustes de avaliação patrimonial		(24)
Outros ativos financeiros	9a	164			
Outros ativos	9b	**1.905**			
Créditos tributários	12b	**1.678**			
Imobilizado de uso		**42**			
Outras imobilizações de uso		238			
Depreciações acumuladas		(196)			
Intangível		**106**			
Ativos intangíveis		797			
Amortizações acumuladas		(691)			
Total do ativo		**104.612**	**Total do passivo**		**104.612**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

		Reservas de lucros				
	Capital social	Legal	Estatutárias	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**60.000**	**310**	**5.505**	**(344)**	**-**	**65.471**
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	320	-	320
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.541)	(1.541)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(1.541)	-	1.541	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**60.000**	**310**	**3.964**	**(24)**	**-**	**64.250**
Saldos em 30 de junho de 2025	**60.000**	**310**	**5.505**	**(11)**	**(1.557)**	**64.247**
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(13)	-	(13)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	16	16
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(1.541)	-	1.541	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**60.000**	**310**	**3.964**	**(24)**	**-**	**64.250**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2025 2º Semestre	2025 Exercício
Receitas da intermediação financeira		**4.745**	**8.404**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.745	8.404
Resultado bruto da intermediação financeira		**4.745**	**8.404**
Outras receitas/(despesas) operacionais		**(4.660)**	**(10.894)**
Receitas de prestação de serviços	18	7.016	13.488
Despesas de pessoal	19	(9.196)	(18.566)
Outras despesas administrativas	20	(2.837)	(5.508)
Despesas tributárias	21	(914)	(1.723)
Outras receitas operacionais		1.280	1.479
Outras despesas operacionais		(9)	(64)
Resultado operacional		**85**	**(2.490)**
Resultado não operacional		**(2)**	**5**
Resultado antes da tributação		**83**	**(2.485)**
Imposto de renda e contribuição social	12a	**(67)**	**944**
Provisão para imposto de renda		42	(4)
Provisão para contribuição social		33	(3)
Ativo fiscal diferido		(142)	951
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício		**16**	**(1.541)**
Lucro líquido/(prejuízo) por lote de mil ações - R$		**0,26**	**(25,69)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	2025 2º Semestre	2025 Exercício
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	**16**	**(1.541)**
Variação no valor de mercado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**(22)**	**534**
Títulos e valores mobiliários	(22)	534
Efeito fiscal	**9**	**(214)**
Resultado abrangente do semestre/exercício	**3**	**(1.221)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	2025 2º Semestre	2025 Exercício
Atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do semestre/exercício	**16**	**(1.541)**
Ajustes ao lucro líquido/prejuízo	**173**	**(734)**
Imposto de renda e contribuição social	67	(944)
Depreciação e amortização	104	208
Perda na baixa de intangível	2	2
Variação de ativos e passivos operacionais	**43.214**	**39.812**
Redução em títulos e valores mobiliários	44.134	39.450
Redução em negociação e intermediação de valores	38	479
(Aumento)/redução em outros ativos	90	(222)
Aumento/(redução) em outros passivos	(726)	570
Imposto de renda e contribuição social pagos	(322)	(465)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**43.403**	**37.537**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**43.403**	**37.537**
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	9.142	15.008
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	52.545	52.545
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**43.403**	**37.537**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto Operacional

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 - 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, através da intermediação das operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, para clientes institucionais, oferecendo a eles uma estrutura integral e "*end to end*" ("de ponta a ponta") em linha com as legislações vigentes. A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Grupo Scotiabank Brasil"). A Corretora mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Banco e é controlada pelo *The Bank of Nova Scotia* ("BNS"), com sede no Canadá.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e do Comitê de Pronunciamento Contábil ("CPC"), quando aplicáveis. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução BCB nº 352. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 10 de março de 2026. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto. As demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB Nº 2.

Adoção de Novas Normas e Interpretações

A partir de 1º de janeiro de 2025, passou a vigorar a Resolução BCB nº 352, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a classificação, mensuração, reconhecimento e baixa, a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito, bem como a designação e o reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de *hedge*), alinhadas aos conceitos estabelecidos na norma internacional IFRS 9. Com base nas análises conduzidas para a Corretora, não houve impactos financeiros decorrentes da adoção inicial da Resolução BCB nº 352.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Corretora.

b) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representadas por disponibilidades em moeda nacional e ativos financeiros de alta liquidez com prazo igual ou inferior a 90 dias, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os instrumentos financeiros da Corretora estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352, e são classificados nas categorias custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, com base nos modelos de negócio estabelecidos e no resultado do teste de SPPJ, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução BCB n° 352, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: • Obter fluxos de caixa contratuais; • Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou • Outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Corretora considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("Teste de SPPJ")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPJ. Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado ("CA")

Um ativo financeiro, desde que não classificado na categoria valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Atívos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

(V) Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivos financeiros

Conforme previsto no artigo 9º da Resolução BCB n° 352, a Corretora deve classificar os passivos financeiros na categoria custo amortizado, exceto nos casos seguintes, entre outros eventualmente possíveis: • Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo por meio do resultado.

e) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da mensuração. A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. A Corretora utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, a Corretora utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: *Inputs,* exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *Inputs,* para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

f) Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

g) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridos.

h) Permanente

• **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução BCB nº 6 alterada pela Resolução BCB nº 367, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.

• **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução BCB nº 7, alterada pela Resolução BCB nº 367, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução BCB nº 120 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, os ativos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas perdas por *impairment*.

j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689. Em 31 de dezembro de 2025, a Corretora possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social. Com base na Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos.

k) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

l) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis da Corretora participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. A Corretora contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução BCB nº 8 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 16).

m) Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução BCB nº 59, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados. Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

n) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviço são contabilizadas de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente. Este pronunciamento foi aprovado pelo BCB através da Resolução BCB nº 120. São reconhecidas, no resultado do período, pelos valores acordados junto aos clientes, à medida que os serviços são prestados e as obrigações de desempenho são cumpridas.

o) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB n° 2, em seu artigo 34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que: i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados como não recorrentes estão evidenciados na nota 23.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa	**2025**
Disponibilidades	**126**
Moeda nacional	126
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**52.419**
Aplicações em operações compromissadas	52.419
Total	**52.545**

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Mensurados ao custo amortizado

	2025 Até 3 meses	2025 Total
Aplicações em operações compromissadas	**52.419**	**52.419**
Posição bancada		
LTN	52.419	52.419
Total	**52.419**	**52.419**

6. Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

	2025 Sem vencimento	2025 Valor de mercado/ contábil	2025 Custo atualizado
Carteira própria			
Vinculados à prestação de garantias (i)			
Cotas de fundo de investimento	12.239	12.239	12.239
Total	**12.239**	**12.239**	**12.239**

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	2025 Sem vencimento	2025 Valor de mercado/ contábil	2025 Custo atualizado
Carteira própria			
Ações	72	72	111
Total	**72**	**72**	**111**

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, e as cotas de fundo de investimento assim como as ações, na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

7. Gerenciamento de Riscos

Administração de Risco Operacional

A Corretora está inserida no ambiente de controles internos do Grupo Scotiabank Brasil, que possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Enterprise Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo. A estrutura de risco operacional também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Enterprise Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo Scotiabank Brasil.

Administração de Riscos de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de riscos são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958.

Administração de Risco de Crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 4.966, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam. A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo Scotiabank Brasil e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*. De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

Gerenciamento de Capital

O Grupo Scotiabank Brasil está empenhado em manter uma sólida base de capital com o intuito de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557. Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos

continua

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

continuação

limites autorizados, além da elaboração de relatórios de gerenciamento de capital. A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: http://www.br.scotiabank.com.

Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária. A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado. Na carteira bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Grupo, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação e os instrumentos da carteira de tesouraria. A fim de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais cenários, o Grupo realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

8. Negociação e Intermediação de Valores

	2025
Ativo circulante	
Caixas de registro e liquidação	30.429
Devedores conta liquidações pendentes	5.432
Total	**35.861**
Passivo circulante	
Credores conta liquidações pendentes	35.825
Total	**35.825**

9. Outros Ativos

a. Financeiros

Mensurados ao custo amortizado	**2025**
Ativo não circulante	
Depósitos judiciais	164
Total	**164**

b. Não financeiros

	2025
Ativo circulante	
Impostos e contribuições a compensar	1.321
Antecipação de IRPJ e CSLL	465
Despesas antecipadas	93
Outros	26
Total	**1.905**

10. Outros Passivos

	2025
Passivo circulante	
Impostos e contribuições a recolher	2.426
Provisão para despesas de pessoal	1.760
Provisão para outras despesas administrativas	118
Subtotal	**4.304**
Passivo não circulante	
Provisão para despesas de pessoal	218
Subtotal	**218**
Total	**4.522**

11. Patrimônio Líquido

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R$ 60.000 está representado por 60.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

a. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente.

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	2025	
	Imposto de renda	**Contribuição social**
Resultado antes da tributação	**(2.485)**	**(2.485)**
Adições/(exclusões) temporárias	**137**	**137**
Provisões trabalhistas indedutíveis	143	143
Outras	(6)	(6)
Adições/(exclusões) permanentes	**125**	**125**
Base tributável	**(2.223)**	**(2.223)**
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	-	-
Base tributável após a compensação	**(2.223)**	**(2.223)**
Alíquotas	25%	15%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	**-**	**-**
Créditos tributários	594	357
Passivo fiscal diferido	(4)	(3)
Total	**590**	**354**

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	**Saldos em 01/01/2025**	**Constituição**	**Realização/ reversão**	**Saldos em 31/12/2025**
Refletido no resultado	**711**	**1.431**	**(480)**	**1.662**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	229	890	-	1.119
Provisões indedutíveis	482	541	(480)	543
Refletido no patrimônio líquido	**229**	**14**	**(227)**	**16**
Ajuste a valor de mercado de TVM	211	-	(211)	-
Ajuste a valor de mercado de ações	18	14	(16)	16
Total	**940**	**1.445**	**(707)**	**1.678**

Passivo fiscal diferido	**Saldos em 01/01/2025**	**Constituição**	**Realização/ reversão**	**Saldos em 31/12/2025**
Refletido no resultado	**(8)**	**(7)**	**-**	**(15)**
Atualização monetária de depósitos judiciais	(8)	(7)	-	(15)
Total	**(8)**	**(7)**	**-**	**(15)**

c. Previsão da realização dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias

Prazo de realização	**Diferenças temporárias**	**Prejuízo fiscal e base negativa**	**Total**
1º ano	543	120	663
2º ano	-	999	999
3º ano	16	-	16
Total	**559**	**1.119**	**1.678**
Valor presente (*)	**494**	**906**	**1.400**

(*) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

13. Limites de Basileia e Limites Operacionais

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Conglomerado"), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia amplo do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 30,34%, sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

14. Passivos Contingentes

A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2025.

15. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas. As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	2025	
	Ativo/ (passivo)	**Receitas/ (despesas)**
Disponibilidades	**126**	**-**
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	126	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	**52.419**	**4.610**
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	52.419	4.610
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/ receitas/(despesas) de prestação de serviços	**-**	**(369)**
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	(358)
Scotiabank Colpatria (Colômbia) (Parte Relacionada)	-	(11)
Outras receitas operacionais	**-**	**96**
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	96

16. Pagamento Baseado em Ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto, no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU.

Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo provisionado para este plano é de R$ 440 e a quantidade total de ações devidas é de 1.581 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R$ 385,30 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R$ 839.

	2025	
	Saldo	
RSU	**Quantidade de ações**	**Valor**
Preço da ação	-	385,30[i]
Devido	1.581	609
Provisionado	1.142	440
A provisionar	439	169

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.

	A pagar					
	Dez/2026		Dez/2027		Dez/2028	
RSU	**Quantidade de ações**	**Valor**	**Quantidade de ações**	**Valor**	**Quantidade de ações**	**Valor**
Preço da ação		385,30[i]		385,30[i]		385,30[i]
Devido	501	193	796	307	284	109
Provisionado	434	167	611	236	97	37
A provisionar	67	26	185	71	187	72

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,81 reais por dólar canadense.

17. Benefícios a Empregados Pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 337. Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica. A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

18. Receitas de Prestação de Serviços

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, são compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, assim como rendas de comissão de colocação de títulos no montante total de R$ 13.488.

19. Despesas de Pessoal

	2025	
	2º semestre	**Exercício**
Proventos	5.432	11.231
Encargos sociais	2.792	4.889
Benefícios	884	1.887
Treinamento	88	559
Total	**9.196**	**18.566**

20. Outras Despesas Administrativas

	2025	
	2º semestre	**Exercício**
Processamento de dados	1.502	2.891
Aluguéis	230	486
Serviços do sistema financeiro	215	439
Amortização/depreciação	104	208
Comunicações	94	182
Serviços técnicos especializados	123	224
Água, energia e gás	24	63
Viagens	95	165
Publicações	18	42
Outras	432	808
Total	**2.837**	**5.508**

21. Despesas Tributárias

	2025	
	2º semestre	**Exercício**
COFINS	476	883
ISS	351	675
PIS	77	143
Impostos, taxas e contribuições	10	22
Total	**914**	**1.723**

22. Hierarquia de Valor Justo

Em 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 6) estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo.

23. Resultado Recorrente e Não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado da Corretora era integralmente recorrente.

Diretoria

Paulo André Campos Bernardo
Rodrigo Almeida Sergio
Luciana Chi
Jaques Mester
Fabio Tirolli de Sousa

Contador

Roberto Shoji Haga
CRC 1SP242224/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição") em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2026.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8